

**Sucessão** PT, PSDB, PMDB e PFL prometem apresentar seus próprios candidatos para a disputa em 2006

# Verticalização será fator decisivo na eleição presidencial

**Raymundo Costa**

De Brasília

A 17 meses da eleição, os quatro maiores partidos do país — PT, PSDB, PMDB e PFL — prometem apresentar-se com candidatos próprios em outubro de 2006, mas esse é um quadro que deve sofrer alterações até o início do próximo ano. A própria falta de definição sobre as regras da disputa, como se haverá ou não verticalização, recomenda prudência sobre a intenção anunciadas dos partidos. Além disso, o Planalto não dorme no ponto e manobra nos bastidores para evitar a configuração com quatro candidatos, pelo menos, o que levaria a disputa para o segundo turno, segundo apontam simulações feitas a partir das últimas pesquisas divulgadas.

PMDB, PFL e PSDB já decidiram que terão candidatos próprios. À exceção dos tucanos, há dúvidas sobre se os outros dois conseguem chegar ao final de junho — prazo para a escolha dos candidatos — com nomes à sucessão presidencial. O PMDB, por conta de suas divisões internas; o PFL, por falta de um candidato competitivo. A verticalização, mecanismo pelo qual partidos com candidatos a presidente não podem se coligar nos Estados, deve afetar a decisão de ambos, mais

ainda a dos pemedebistas.

Com os 17,87% dos votos que obteve na eleição passada, o ex-governador do Rio Anthony Garotinho é considerado um candidato competitivo — com esse percentual, em meados de 2005, dificilmente o PFL abrirá mão da candidatura do prefeito do Rio, César Maia. Na pesquisa CNT/Sensus de abril, Garotinho aparece em segundo lugar em quatro de cinco simulações nas quais seu nome foi listado — na quinta, está tecnicamente empattado com Ciro Gomes (Integração Nacional), que insiste em dizer que não será candidato. Ainda assim, a candidatura do ex-governador é incerta.

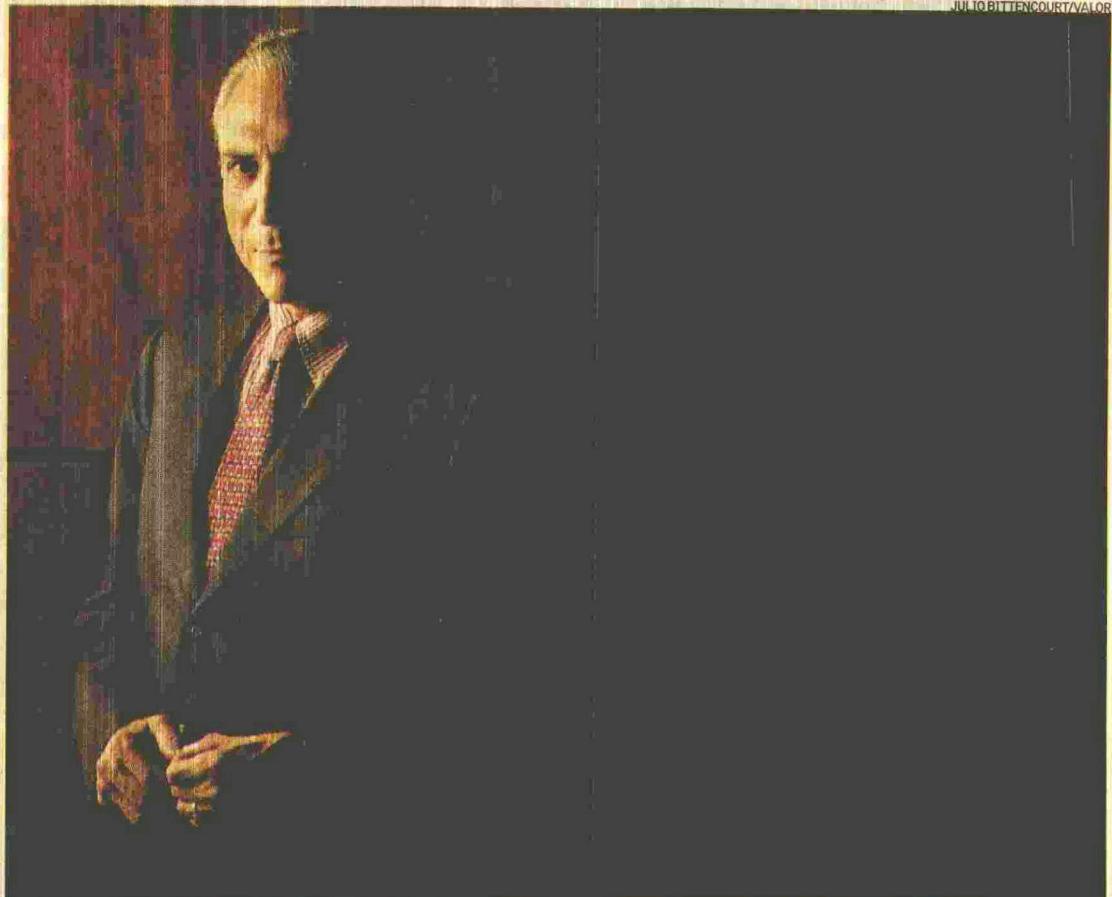
A questão da verticalização deve ser decisiva. Partido marcadamente regional, o PMDB joga com o fim da verticalização para poder se coligar, nos Estados, de acordo com as conveniências dos caciques locais. Neste caso, os governistas ganham fôlego para tentar levar a legenda a compor com Lula, em troca da vice-presidência. Já a verticalização favorece Garotinho, mas não sem disputa. A ala que apóia Lula insistirá na aliança. A última convenção foi favorável à oposição. “Só uma nova convenção, com dois terços dos votos, pode mudar a decisão da candidatura própria”, diz o presidente da sigla, deputa-

do Michel Temer (SP).

É nesse terreno minado que o governo manobra para impedir que o PMDB tenha candidato próprio, a ponto de oferecer alianças em locais onde a disputa com o PT parece impossível, como no Rio Grande do Sul e em Pernambuco. “Não é fácil fazer as alianças, mas até por resistências do próprio PT”, diz Temer. “Nós temos a convicção de que precisamos ter candidatura própria para podermos resgatar a identidade do partidário”.

A verticalização atrapalha o PFL — que, a exemplo do PMDB, tenta derrubar a medida no Congresso —, mas o problema da sigla no momento é dar competitividade a seu candidato, César Maia. A fórmula é a mesma que levou a senadora Roseana Sarney (MA) a ocupar os primeiros lugares das pesquisas no início de 2002 — a ampla exposição do candidato no programa de TV do partido. Caso Maia atinja algo entre 15% e 20%, no primeiro semestre de 2006, o PFL segue adiante. Do contrário, os pefeletistas voltam-se para seus antigos parceiros, os tucanos.

Antes de “trabalhar” o nome de César Maia, o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, tomou a precaução de conversar com o PSDB e explicar o projeto a Fernando Henrique Cardoso. O programa de TV tucano, agora em maio, deve fazer uma exposição salomônica de seus nomes. O do segundo semestre pode dar visibilidade maior já a algum deles — o mais provável é que a decisão fique para o final do ano ou início de 2006.



**Michel Temer, presidente do PMDB:** “Não é fácil fazer as alianças, mas até por resistências do próprio PT”

do Alckmin e José Serra. Para Bornhausen, as desavenças entre tucanos e pefeletistas têm sido superdimensionadas. “O único episódio negativo foi a eleição para a Assembléia de São Paulo, que está sendo superado”, diz o senador José Jorge (PE).

Se a escolha fosse hoje, o candidato do PSDB seria o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Mas, como faz questão de lembrar o governador de Minas, Aécio Neves, “todos” estão no páreo. Por “todos”, entenda-se ele próprio, Aécio, Alckmin, o prefeito José Serra (SP), Tasso Jereissati

“e até” Fernando Henrique Cardoso. O programa de TV tucano, agora em maio, deve fazer uma exposição salomônica de seus nomes. O do segundo semestre pode dar visibilidade maior já a algum deles — o mais provável é que a decisão fique para o final do ano ou início de 2006.

Para de consolidar seu favoritismo, Alckmin deve começar uma série de viagens a fim de tornar seu nome mais conhecido no país. Na pesquisa CNT/Sensus, sua intenção de voto varia de 8,3% a 16,7%. É pouco, se comparado aos percentuais exibidos por Serra, quando seu nome é incluído nas pesquisas, sempre acima dos 20%. Serra descarta a hipótese de uma candidatura presidencial, dois anos após ganhar a prefeitura de São Paulo. Mas no PSDB avalia-se que a sigla pode ficar sem outra opção, caso Alckmin não se mostre competitivo.

No PSDB, a margem de manobra de Lula é menor que nos outros partidos e talvez tenha se esgotado com o esvaziamento da sigla no Congresso, no início do governo. Nos demais, porém, é grande. O Planalto ainda tem na manga a carta da reforma ministerial, que deve ser ressuscitada

mais dia menos dia, a fim de recompor a coalizão governista. Isso daria a Lula um instrumento eficaz para, de saída, impedir o fim da verticalização — para valer nas próximas eleições, teria de ser aprovada até o início de outubro, prazo exíguo para reforma constitucional.

Com a recomposição da frente política que apóia Lula no Congresso e a manutenção, pelo menos, dos atuais índices de aprovação do presidente, o Planalto avalia que os atuais aliados seriam atraídos por gravidade para uma aliança, deixando isolados PSDB e PFL. De quebra, desencorajaria alguma iniciativa à esquerda com potencial para minar a “base social” do presidente, como a do ex-ministro Cristovam Buarque (PT-DF), o nome dos sonhos de Roberto Freire (PPS-PE) no caso de eventual fúria do PPS com o PDT.